



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 19 - Nº 354 - DE 01 A 14 DE MARÇO DE 2008 - R\$ 2,00

Lula e a oposição burguesa dão as mãos para livrar a cara de ambos na CPI dos cartões

Marco Aurélio, do judiciário, a Lula: pode espernear

Uma reforma fiscal para descarregar impostos sobre os assalariados

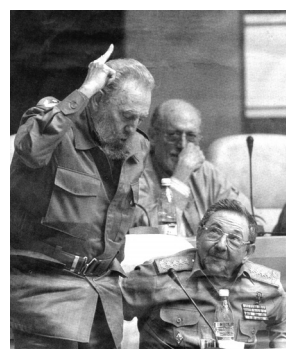


A Amazônia só pode ser salva pela revolução proletária: Pela estatização das terras, colocá-las sob o controle das organizações dos camponeses pobres e populares!

Não à privatização da CESP! Pela reestatização de todas as estatais sob controle operário!

Bolívia: Evo ataca o POR e se submete à burguesia

Fidel se foi, mas a burocracia continua mandando



Governo Lula frente à crise econômica mundial

A permanência de indicadores econômicos positivos tem favorecido o governo Lula e permitido que a crise política não o golpee diretamente. Porém, a tendência recessiva nos Estados Unidos pode modificar o ritmo de crescimento da economia brasileira. Um corte de importação, por parte dos EUA, atingirá o Brasil e os países com as quais mantém relações comerciais.

Os EUA continuam sendo o maior importador individual dos produtos brasileiros (15,8%), embora o governo tenha ampliado suas vendas para a Ásia, África e Oriente Médio. Esse é um problema de todo país que tem sua economia, em boa parte, dependente do desempenho das potências.

O contraposto reformista era o de acelerar o mercado interno, que dependeria da elevação da massa salarial, do fomento ao emprego para os milhões que estão fora do mercado de trabalho, da solução do problema dos sem-terra e da ampliação do assistencialismo do Estado. Portanto, de reformas na condução do Estado que o governo Lula não pode realizar em função da diretriz assumida com os capitalistas.

Outro fato que chamou atenção foi a queda no saldo da balança comercial, nesse início de ano. O saldo de janeiro foi de 944 milhões de dólares, portanto uma queda de 62% em relação ao mesmo período de 2007. As exportações cresceram 20%, mas as importações atingiram 45%. O crescimento das importações, resultado da baixa cotação do dólar e valorização do Real, é mais um agravante que pode acarretar quebras de setores da economia nacional.

Mais um elemento veio à tona: o aumento das remessas de lucro. As multinacionais enviaram para suas matrizes 21 bilhões de dólares em 2007. Só em janeiro desse ano, mandaram 3 bilhões de dólares, um aumento de 387%, em relação à remessa ocorrida no mesmo mês do ano passado. Esse é um exemplo do brutal saque e de desnacionalização do país. A política do governo Lula é de favorecimento do grande capital nacional e estrangeiro.

Demagogia de Lula

Lula se gabou com o aumento das reservas brasileiras, que atingiram 190 bilhões de dólares. Procurou mostrar que o país está mais forte para enfrentar a crise, que teve como epicentro os EUA. Fez demagogia ao comparar a dívida externa com as reservas disponíveis. Concluiu reafirmando o acerto de sua política econômica.

Na realidade, os bilhões acumulados vieram da manutenção das elevadas taxas do superávit primário, dos juros altos para atrair investidores e da crescente desnacionalização do país. Uma reserva dolarizada, aplicada em títulos do Tesouro norte-americano, a juros mais baixos e com o dólar em queda, é um risco frente aos sinais recessivos da potência.

O grave é que, para crescer a reserva, o governo Lula foi obrigado a sustentar os milionários ganhos dos especuladores estrangeiros, que têm os dólares e compram títulos da dívida interna, que possuem um dos juros mais altos do mundo. Com



Máquinas paradas na economia norte-americana

isso, a dívida pública deu um salto para 1,4 trilhão de Reais, no final do ano passado.

O custo dessa política é alto, pois foram 237 bilhões de Reais com pagamento de juros da dívida interna e externa, em 2007. Portanto, bilhões foram queimados para sustentar o parasitismo financeiro. Essa diretriz do capital obrigou Lula a sucatear ainda mais a saúde e educação, que tiveram somente 40 bilhões e 20 bilhões de Reais respectivamente.

Expansão do agronegócio: desnacionalização e pobreza

O agronegócio encerrou o ano de 2007 com o lucro exorbitante de 49,7 bilhões de dólares. Nos últimos sete anos, as exportações do agronegócio tiveram uma expansão de 183,4%. No ano passado, a soja e as carnes tiveram crescimento acima de 30%. A União européia é a maior importadora de produtos agropecuários brasileiros, seguida da Ásia. O agronegócio se beneficiou das cotações em alta das commodities (produtos agrícolas padronizados).

Os exportadores temem o avanço da recessão nos EUA e um dos sinais é a queda de preços dos grãos nas principais bolsas, como a de Chicago. Os efeitos da crise norte-americana certamente afetarão os importadores asiáticos e europeus de produtos brasileiros. Os exportadores exigem do governo Lula maior empenho na abertura de novos mercados para que o peso da crise americana não tenha consequências imediatas para o setor, tendo em vista que os EUA, isoladamente, importaram 6,4 bilhões de dólares em 2007 e o bloco europeu (27 países) compraram 20 bilhões em produtos do agronegócio. O crescimento da economia brasileira está em grande medida na

dependência do êxito dos negócios desse setor exportador. As exigências européias em torno das exportações de carne bovina acabaram gerando conflitos com o governo brasileiro.

O Brasil, marcado por uma história de colonialismo fincado no monopólio agroexportador, não pôde modificar suas raízes de submissão às potências. O governo Lula não fez senão seguir a mesma rota. O favorecimento ao agronegócio, fazendas mecanizadas, com pouca mão-de-obra, alta produtividade, feito às custas da miséria de milhões de camponeses e da brutal violência contra os sem-terra. A desnacionalização do campo por meio de compra de empresas agrícolas e de terras para a expansão das exportações por meio de grupos econômicos multinacionais é uma das conseqüências da política do governo Lula. Os recursos do BNDES e Banco do Brasil são destinados em grande parte aos exportadores. Bilhões de reais foram entregues às empresas multinacionais que controlam a agricultura. Há um dado que mostra que 15 empresas receberam a mesma quantia que foi destinada a 4 milhões de agricultores familiares.

Não há outra via senão nacionalizar as empresas do campo e colocá-las sob o controle do proletariado. Reforma agrária, inclusão dos sem-terra, desenvolvimento sustentável e todas demagogias do petismo se afundam diante do poderio do grande capital nacional e estrangeiro no destino da política agrícola e do Estado brasileiro.

Classe operária frente ao governo Lula e a crise

Um governo de submissão ao imperialismo não tem como usar a capacidade econômica e social do Brasil contra a crise mundial que se instala a partir das potências. O palavreado de Lula sobre a fortaleza econômica do país e sua independência

Não à privatização da CESP!! Pela reestatização de todas as privatizadas e implantação do controle operário!

O governo do estado de São Paulo marcou o leilão da CESP (companhia energética) para 26 de março. Colocou nas mãos do banco do imperialismo Citibank a tarefa de organizar as regras do leilão e dar seu valor. Dessa forma, proibiram-se as empresas estatais de participarem do leilão, conferindo a certeza de que haverá a privatização na venda.

A CESP responde por 63% de toda a energia do Estado de São Paulo, e 10% da energia brasileira. Conta com 6 hidrelétricas, das quais uma (Ilha Solteira) é a e 3ª maior do Brasil e 6ª maior do mundo. O abastecimento de água no caso de escassez depende da regulação das hidrelétricas, que com a privatização passariam às mãos privadas e ficariam à mercê das necessidades do lucro capitalista.

A privatização da Eletropaulo já mostrou as conseqüências desse processo: as tarifas subiram a mais do dobro, a compradora AES não pagou o governo e ainda ganhou de presente um refinanciamento. Ou seja, não pagou, abocanhou a estatal e ainda duplicou seus lucros, tudo às custas da população assalariada.

A manifestação contra a privatização deve ser amplamente convocada. Trata-se de organizar um amplo movimento em defesa das estatais e pela reestatização das privatizadas, tudo sob controle operário da produção. Somente um poderoso movimento de massas, que ganhe as ruas e as fábricas pode brecar com a destruição dos serviços públicos e a privatização. Não será um governo eleito que o fará, por expressar os inte-

resses da burguesia privatista, como o prova o governo de Lula, que privatiza as estatais e a Amazônia.

A luta em defesa das estatais e contra as privatizações não pode se confundir com a defesa do controle dos governos burgueses sobre elas. É por isso que é fundamental ligar a defesa das estatais ao controle operário da produção.

Também não se pode estabelecer uma discriminação entre as estatais privatizáveis ou não. Nem se limitar à crítica do baixo valor pelo qual são vendidas. Trata-se de defender todas as estatais e a devolução de todas já privatizadas.

Todos ao ato de 26 de março contra a privatização da CESP!

Não a todas as privatizações!! Pela reestatização das privatizadas sob controle operário!



As direções das principais organizações de massa abandonaram a luta pelo não pagamento da dívida externa

frente aos credores internacionais se dissolverá frente aos próximos passos das quebras financeiras e industriais que já se manifestam nos EUA. A classe operária é a única força social capaz de empunhar um programa de defesa da economia nacional frente ao saque imperialista e à crise. Somente com medidas revolucionárias, como as de expropriação dos grandes grupos econômicos, nacionalização das terras, monopólio estatal do comércio exterior e controle operário da produção, é possível defender a economia e a vida das massas oprimidas. Essa tarefa é parte do programa do internacionalismo proletário. A construção do partido mundial da revolução socialista é condição essencial.

Não ao pagamento da dívida externa!

Contra-ataque do governo Lula

As fraudes e roubalheiras por meio do Cartão Institucional e da chamada conta B em que se faz saque em dinheiro não é privilégio do governo Lula, vem do governo Fernando Henrique Cardoso. Está aí por que o novo escândalo de corrupção está sendo abafado.

Como investigar Lula e mostrar as gastanças pessoais do pobre operário que virou presidente da República? Como virar do avesso as contas de ministros, assessores e burocratas se a administração do PSDB fez o mesmo ou pior?

Sabendo disso e tendo à sua disposição as informações, os estrategistas do Planalto orientaram a base aliada no parlamento a tomar a frente na constituição da CPI e assim tomar controle da situação. O governo tem maioria e poderará manejar a comissão.

No início, os acusadores que desfraldaram a bandeira da investigação parlamentar sobre os Cartões acuraram o governo. Esperavam, agora, depois de tantos escândalos, um clamor geral contra a corrupção no governo Lula. Mas vozes burguesas mostraram o perigo em se mexer no que Lula exaltou como segurança do Estado. Abrir os segredos dos Cartões e da conta b é expor à população a podridão do Estado, de seus governantes e da própria classe burguesa. Este é o aspecto sensível que provoca divisão interburguesa.

PMDB no comando da situação

Já que não é possível voltar atrás, o melhor para o governo e oposição é constituir uma CPI limitada. O PMDB ofereceu sua vaga na presidência da CPI ao PSDB e o PT ficaria com a relatoria. Tudo indica que o PT estava contra essa transação e que Lula interveio no sentido que o partido acatasse a transação de Romero Jucá.

Não seria bom para o governo, segundo a avaliação de seu líder no Senado, a constituição de duas CPIs – uma do governo e outra da oposição. Não importa a regra e tradição de que os partidos majoritários no parlamento tenham os cargos de direção da CPI, argumento levantado pelo PT. Trata-se, no caso, de correlação de força política que ultra-

passa os limites da Câmara Federal e do Senado.

O governo tem como oposição dois partidos fundamentais da ordem burguesa, que têm raízes na formação histórica do Estado capitalista. PSDB e DEM expressam poderes de frações e grupos capitalistas, e o governo Lula não pode simplesmente marginalizá-los por uma regra de maioria e minoria parlamentar. O PT não representa nenhuma fração poderosa do capital, apenas tem servido a elas enquanto força capaz de controlar a mais importante fração da burocracia sindical.

A classe capitalista passou a ver o PT como instrumento para sua dominação desde o momento em que este mostrou ser um canal de contenção das lutas operárias, camponesas e populares e ter disposição de ferro em praticar a colaboração de classe. Mas entra nos cálculos da burguesia como um mal necessário e que quanto mais rápido cumprir seu desígnio melhor.

Não por acaso, o governo Lula do segundo mandato se afastou ao máximo do PT e se aproximou ao máximo do PMDB. Romero Jucá foi quem tomou a frente da convocação de uma CPI contraposta à CPI da oposição e é quem negocia pelo governo os termos de poderes e funcionamento da CPI mista. O PT disse que não abriria mão dos cargos, Jucá exigiu de Lula posição a seu favor e as negociações prosseguem sob o comando do PMDB. Lula não tem como governar sem esse partido da burguesia. A maioria parlamentar governista se deve ao peso do PMDB. Não se trata de uma formalidade numérica, trata-se da condição imposta pela burguesia para Lula constituir o governo.

É do interesse do PMDB achar com

seus irmãos maiores PSDB e DEM a saída negociada. Está claro desde o fracasso da tentativa de afastamento de Lula na crise do primeiro mandato que o caudilho deverá deixar o cargo por meio de eleições. Hoje, mais do que no passado recente, a situação econômica, social e política não permitem outra via. O que o PSDB e DEM pretendem é criar obstáculos à governabilidade de Lula, de forma que não se coloque um terceiro mandato e se reduza ao máximo sua influência na sucessão. Ao contrário, o PMDB faz de tudo para emergir como força apoiada nas ilusões dos explorados depositadas em Lula.

Nossa tarefa frente ao embate interburguês

A luta pela independência da classe operária e dos demais oprimidos perante o governo burguês de Lula e o conjunto da política burguesa é tarefa fundamental. Essa tarefa se leva adiante com a defesa do programa, das reivindicações, da luta direta e da unidade operária e camponesa. A construção do Partido Operário Revolucionário no seio dos explorados é a condição para a emancipação da maioria perante a política burguesa, que por hora expressa o governo de Lula.



Serra: preocupação COM O CONTRA-ATAQUE DO GOVERNO

Lula e o Supremo Tribunal Eleitoral

O ministro Marco Aurélio Mello do STE tem se destacado por emitir opiniões sobre ações do governo Lula, o que tem criado atritos entre o judiciário e o executivo. Assim que foi anunciado o programa “Território da Cidadania”, que prevê aplicações de recursos em áreas consideradas atrasadas econômica e socialmente, o presidente do Supremo declarou que se tratava de violação da lei eleitoral, passível de recurso. Em seguida, o

PSDB entrou com uma ação contra o “Território da Cidadania”. Evidenciou-se mais uma vez o quanto o judiciário tem servido às manobras do PSDB e DEM de sabotar a governabilidade de Lula.

O poder executivo sempre teve controle sobre o judiciário. A dificuldade do governo de Lula em controlar os magistrados é consequência do fato de sua candidatura não ter nascido do ventre da burguesia, que por isso tem a

necessidade constante de ir disciplinando o governo através da disputa com a oposição burguesa, com os organismos do Estado burguês e com o poder judiciário. A reclamação de Lula contra as interferências do poder judiciário em seu governo não passam de choramingos de um governo em crise constante, que procura expressar os interesses da burguesia, mas que acaba sempre sofrendo um apito de uma de suas frações contrariadas.

Defender a Amazônia com o programa da classe operária

O ano de 2007 representa o ano de intensa entrega dos recursos naturais às multinacionais, sob a custódia do Estado - implementação de projetos de reflorestamento com vendas de madeiras para o mercado internacional.

Dois países são os principais candidatos à compra de madeira de Rondônia - Canadá e Estados Unidos. Escondem-se por trás do tal “reflorestamento”, chamando atenção para a plantação de castanheiras. Na verdade, o interesse é a produção de matéria-prima para o biodiesel.

Assim, os pequenos investidores do campo - pequenos agricultores e industriais são convidados a aumentar sua ganância para esse plantio e industrialização. Por outro lado, cresce em Rondônia o saque auxiliado pelos órgãos gestores do Estado, que se unem às lideranças corrompidas do movimento camponês para dar cabo ao projeto vantajoso de saque das riquezas.

As chamadas defesas das reservas nacionais não têm passado de farsas para negar aos camponeses pobres, indígenas, ribeirinhos e quilombolas o direito à busca do sustento para suas famílias.

São órgãos como o Ibama, Embrapa, Emater, Sebrae, Federação das Micro e Pequenas Empresas de Rondônia (Feempi), Sindicato das Micro e Pequenas Empresas (Simpí) e Amazon Internacional que se reivindicam defensores do meio ambiente. Na realidade, servem para esconder os crimes ambientais. Veja a que ponto chegam: consideram um crime um camponês matar uma cotia para alimentar-se (condenação ao presídio de segurança máxima

do estado), mas não representa crime os frigoríficos jogarem dejetos poluindo rios e matando cardumes de peixe.

Quanto mais se fala em defesa da região Amazônica, mais entregam as riquezas do país aos estrangeiros

O debate acadêmico sobre a internacionalização da Amazônia é uma forma de obscurecer a privatização das florestas, que se aprofundou com o governo Lula.

A invasão dos países imperialistas na floresta amazônica se dá de forma semelhante à época da primeira grande invasão estrangeira dos portugueses, no sentido que ainda se adentra nas florestas sob o pretexto de organizarem os índios na luta em defesa de suas condições de vida e de evangelizá-los. Para isso, integram às Ongs, que também se reivindicam de defenderem os interesses dos oprimidos, mas na verdade colaboram com os países interessados em explorar as riquezas da Amazônia. Mais grave: contam com as pesquisas e relatórios periódicos enviados pelos dirigentes das Ongs para os países financiadores e para empresas nacionais consorciadas.

A hipocrisia da administração do PT sobre estas florestas

Toda essa violência de classe recai de imediato sobre os camponeses pobres, índios e ribeirinhos.

No caso das florestas no Estado de Rondônia, enquanto camponeses pobres sofrem perseguição ao ocuparem uma pequena área para cultivar e tirar o seu sustento, grileiros que se apossam cada vez mais de

grandes somas de terras. Os capitalistas da floresta desfecham brutal violência sobre os camponeses pobres: torturam, queimam barracos com seus pertences e assassinam lideranças do movimento de resistência.

Uma das denúncias mais recentes diz respeito à Reserva Nacional - Flona, do vale do Jamari, no município de Candeias, em Rondônia, que está sendo arrendada por cerca de 40 anos para ser explorada por estrangeiros. A ministra Marina Silva esteve presente em audiência para celebrar os acordos em local reservado, se escondendo de possível manifestação da população local.

Quem administra o órgão responsável (IBAMA) é Osvaldo Pitalluga/PT, que foi convidado pelo presidente da OAB de Rondônia, Hélio Vieira, também do PT, para debater sobre a internacionalização da Amazônia, exortando o palavreado “Integrar para não Entregar”, escondendo os projetos milionários de privatização das florestas.

Responder à entrega da Amazônia com o programa da classe operária

Os petistas e o governo Lula comparecem como defensores da Amazônia, mas na verdade estão submissos à diretriz do imperialismo de destruição da floresta.

Somente a classe operária por meio do programa revolucionário poderá expropriar as empresas multinacionais que vêm tomando posse da Amazônia. Somente um governo operário e camponês poderá defender conseqüentemente a floresta do saque dos capitalistas. Defender a Amazônia é trabalhar pelo fim do capitalismo

O que quer Lula com a reforma tributária

O ministro da Fazenda entregou ao presidente do Senado o projeto de reforma tributária. De forma geral, a burguesia considerou boa a iniciativa.

Há muito que a fração industrial do capital exige mudanças que venham a aliviar a carga de impostos. O governo de FHC tomou a iniciativa e fracassou. Lula considera que chegou a hora de resolver a questão, tendo em conta a situação econômica favorável. Trata-se de empenho para atender os reclamos de parte do capital.

O argumento de que a reforma tributária virá em socorro dos empregos, portanto em favor dos trabalhadores, é uma farsa patronal. A classe capitalista concebe a estrutura de arrecadação de forma que as massas arquem com a maior parcela dos impostos. Pagamos de forma direta e indireta. Os capitalistas passam para as mercadorias os impostos, de maneira a preservar ao máximo a lucratividade.

Lula não quer resolver nenhum problema que diga respeito à situação de pobreza e miséria das massas. Objetiva atender aos interesses da burguesia.

A apresentação do projeto está apenas começando, mas de saída se vê a atenção especial voltada para a chamada “desoneração da folha salarial”. Os

impostos de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Contribuição Social (PIS) e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e Salário-educação serão extintos e substituídos por um novo, denominado Imposto Sobre Valor Adicionado (IVA). Os capitalistas terão a folha de pagamento livre desses impostos (“desonerada”) e a arrecadação será transferida para o IVA que atingirá a maioria da população.

Neste aspecto, a burguesia aplaude o governo, basta apenas definir o quanto os capitalistas arcarão com o IVA. A partir desse ponto da reforma fiscal, começam as divergências, a exemplo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias. O critério de recolhimento nos estados consumidores encontra oposição dos estados produtores, principalmente São Paulo.

O governo não pode perder receita, pretende apenas redistribuir o peso da carga tributária. Nesta redistribuição, o maior volume será descarregado sobre os assalariados. A gigantesca carga tributária (cerca de 37% do PIB) corresponde à gigantesca dívida interna de 42,8% do PIB (estimado em R\$ 2,7 trilhões), que consome bilhões de re-

ais em juros. O superávit primário de 3,75% do PIB só pode ser conservado mantendo alta arrecadação. É com esse excedente que o governo garante o pagamento dos juros da dívida.

A burguesia criou a dívida e agora quer que seu governo reduza a carga tributária sem mexer na dívida e no pagamento dos juros. Como fazer esse milagre? Reduzindo os gastos do Estado com o funcionalismo, previdência, educação, saúde e mesmo com o assistencialismo (Bolsa-família). Por aí vai a reforma fiscal de Lula.

Posição operária

A burocracia sindical do PT/CUT se diz preocupada com a tal da “desoneração”, mas apóia o projeto do governo, com argumento de que há pontos positivos. Tem participado das negociações e vai atuar no sentido de arrastar os trabalhadores a apoiarem a reforma.

Nossas bandeiras: nenhum apoio dos sindicatos à reforma fiscal, fim de todo imposto direto ou indireto sobre os explorados, não pagamento das dívidas internas e externas e que a burguesia arque com todos os impostos. Vinculamos essa posição à defesa do salário mínimo real e escala móvel do emprego e salário.

SESDUEM/ Maringá (PR): Uma lição de divisionismo aparelhista

A Universidade Estadual de Maringá é uma das principais universidades estaduais do Paraná. Nessa universidade, existe o Sinteemar, sindicato conjunto de funcionários e professores, que participa do Comitê Estadual em Defesa do Ensino Público do Paraná. O Sinteemar é um sindicato filiado à CUT.

O grupo político que dirigia o Sinteemar conduziu a campanha salarial dos docentes a um beco sem saída pela sua postura de esperar que o governo ou os deputados resolvam o problema da reposição salarial. Passaram 2006 e 2007 sem mobilizar a categoria e foram derrotados na eleição no final de 2007.

Agora, o grupo derrotado acaba de criar um novo sindicato o SESDUEM - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá, sindicato exclusivo de docentes. O SESDUEM já nasce como Seção Sindical do ANDES-SN, filiado à CONLUTAS.

Na primeira reunião do Comitê Estadual, os dirigentes atuais do Sinteemar – pelegos ligados à CUT – se retiraram quando confrontados com a presença do novo sindicato. O Comitê Estadual – atualmente sob a direção das seções do ANDES-SN, imediatamente reconheceu a nova representação, que passou a assinar as atas do Comitê.

Curiosamente, todo este divisionismo motivado pelo interesse aparelhista da CONLUTAS se manifesta alegremente no mesmo momento em que o Comitê Estadual, dirigido por eles, ameaça o governo estadual com uma greve exclusiva de docentes.

Ao invés de concentrar as forças e unificando as entidades sob a pressão de assembléias, as burocracias, tanto as da CUT quanto as da CONLUTAS, não têm nenhum escrúpulo em desarmar as categorias no momento em que mais precisam da unidade, apenas para se fortalecerem como burocracias parasitárias que acabam fazendo o jogo do governo.

Derrubar as medidas do governo Serra

Novamente, o governo do PSDB descarrega sobre os trabalhadores da Educação todo o fracasso do ensino, gerando o desemprego de boa parcela e aumento de trabalho de outra. Não há mais o que esperar! É preciso se colocar pela mobilização imediata em defesa da escola pública, gratuita, laica, para todos em todos os níveis; do emprego e contra o aumento da exploração.

Responder coletivamente aos ataques

A assembléia deve se posicionar pelo mais eficaz método de luta para se contrapor ao governo. A diretoria da APEOESP é avessa ao método da ação direta, próprio dos trabalhadores (grandes manifestações de rua, greve etc.), prefere a pressão parlamentar e a via jurídica, que só tem gerado derrotas. A história mostra que só se conseguem vitórias quando tomamos as ruas, a exemplo da campanha de derrubada ao PLC 26, em 2005. Por isso, não se deve enganar-se diante das falsas promessas de negociações de gabinete.

Tomar em suas próprias mãos os rumos da campanha contra as medidas de Serra e por salário e emprego. Isso implica apostar nas assembléias massivas e nas decisões coletivas como forma de contra-atacar o governo. A ação individual (por escola, região etc) não tem tido resultado frente ao tremendo ataque. É preciso a resposta coletiva para alcançar a força necessária.

Ao contrário do que muitos dizem, a paralisação das aulas nas escolas é temida pelo governo e secretaria da Educação, que pretendem utilizar suas propostas como vitrine diante do fracasso escolar. Ao mesmo tempo, uma parcela de professores vem sendo arrastada pelas imposições pedagógicas do governo e teme as medidas repressivas (estágio probatório e lei anti-greve). É preciso reverter isso e ganhá-la para a luta.

Salário mínimo vital e escala móvel das horas de trabalho

No ano de 2007, os professores não conseguiram reajuste salarial. Estudos do Dieese, no entanto, apontam que o salário atual vale menos de 1/3 do valor que tinha em 1979. Ou seja, de 1979 até

2008, houve uma perda enorme, que exigiria um reajuste de aproximadamente 254,4% para que o salário recuperasse o poder de compra. Se se reajustasse o salário base por este índice, o resultado seria: R\$ 2.467,11 (um aumento de R\$ 1.767,02) para PEB I, jornada de 24 horas, nível I e R\$ 2.856,02 (um aumento de R\$ 2.044,57) para PEB II, com mesma jornada e nível. Com a incorporação das gratificações ao salário (outro direito nosso) esses valores subiriam para R\$ 3.226,25 (PEB I) e R\$ 4.032,83 (PEB II).

Mas a diretoria da APEOESP defende, de imediato, apenas um reajuste de 10,60% e a incorporação das gratificações. Deixando o piso do Dieese para depois, como um “compromisso” a ser firmado com a Secretaria da Educação. Alega que: 1) o índice de 10,60% é o necessário para recompor nosso poder aquisitivo (o salário atual corresponde a 90,42% do valor de 1998) e 2) a incorporação das gratificações representaria um reajuste de 42,23% sobre o salário base. Ou seja, defende migalhas, pois essa incorporação, embora seja uma obrigação do governo, não altera o poder de compra, porque faz parte dos vencimentos, e reajustar o salário base em 10,60% resultaria em R\$ 774,29 para PEB I, nível I, jornada de 24 horas e R\$ 967,88 para PEB II, mesmo nível e jornada. Trata-se de um mísero aumento de R\$ 74,20 e R\$ 92,76, respectivamente, o qual, junto com a incorporação das gratificações, ficaria no total: salário base de R\$ 987,71 (PEB I) e R\$ 1.237,15 (PEB II).

A maior parte das correntes de Oposição à diretoria do sindicato defende o piso do Dieese (R\$ 1.924,59 em janeiro). O problema é que o cálculo deste piso se baseia em uma cesta básica cuja quantidade e variedade de alimentos é mínima. Assim, tanto a diretoria do sindicato como as correntes de Oposição desconsideram que o salário tem de garantir a vida, as condições de sobrevivência do trabalhador e de sua família.

A Corrente Proletária da Educação defende o **SALÁRIO MÍNIMO VITAL**, isto é, um salário cujo valor atenda de fato nossas necessidades. Faz parte desta proposta **QUE O VALOR SEJA CALCULADO E APROVADO PELOS PROFESSORES EM ASSEMBLÉIA**

DE BASE. Em nossos cálculos, tal valor deve ser de, no mínimo, R\$ 2.750,00.

A estabilidade sozinha não pode combater o desemprego, pois não há garantia de trabalho se não houver aulas. Portanto, ela deve ser combinada com outra medida: a **ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO**, que consiste na divisão do número de aulas de cada disciplina entre os professores nelas habilitados, **SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO**.

Combater o desemprego

Várias Resoluções da Secretaria da Educação geraram diminuição das aulas, prejudicando professores efetivos (que não puderam completar sua carga horária na mesma escola) e OFAs (que ficaram desempregados ou subempregados). Estima-se que cerca de 70% dos professores, muitos com cerca de 15 anos de trabalho, ou não conseguiram aulas ou conseguiram apenas uma pequena quantidade (2 ou 4 aulas).

Com a Resolução nº 88/2007, milhares de coordenadores PEB II tiveram suas designações cessadas no final de janeiro, o que obrigou os efetivos a retornarem às suas escolas e os OFA's a assumirem aulas, as quais poderiam estar à disposição de outros professores que não querem ter essa função. Com a Resolução nº 92/2007, que alterou a grade curricular, os professores de todas as disciplinas passaram a ter um número menor de aulas (ou num período ou em outro) e muitos tiveram suas disciplinas extintas em uma série (Geografia) ou em todas (Sociologia e Psicologia e Filosofia no EJA). Por outro lado, a Resolução nº 6 (janeiro/2008), que cria o projeto de Recuperação Paralela, não gerará aulas para os OFAs facilmente. Eles só poderão assumi-las se: 1) tiverem vínculo e, no mínimo, 10 aulas já atribuídas; 2) o número de aulas de recuperação totalizar, no mínimo, 10 aulas semanais; e 3) puderem participar dos HTPCs.

Tudo isso se soma aos problemas antigos: há muito tempo, os concursos públicos têm servido para demitir boa parcela de professores devido ao ínfimo número de vagas, em diversas regiões diminuí o número de matrículas e, portanto, o número de classes / turmas.

Quais as causas? O governo não permite a abertura de salas com menos de 45 alunos, ou seja, as salas de aula estão superlotadas; há mais de uma centena de escolas que funcionam com 3 turnos diurnos e também possuem salas superlotadas; um grande contingente de jovens e adultos foi e continua sendo empurrado para cursos não regulares (telessalas, exame de eliminação de matérias, Escola da Juventude etc.), que os expulsam do ensino presencial/regular; milhares de alunos do ensino médio abandonam os estudos porque não conseguem conciliá-lo com o trabalho estafante e outros não conseguem vagas nas escolas próximas de suas casas. Enfim, há jovens e adultos precisando estudar, professores precisando trabalhar e salas ociosas nas escolas.

O problema poderia ser facilmente resolvido se o governo investisse para diminuir o número de alunos por sala,

aumentasse o número de escolas e criasse condições para a juventude trabalhar e estudar (redução da jornada de trabalho). Essa é nossa luta.

A Corrente Proletária defende

- COMBATER O DESEMPREGO DEFENDENDO:
- ESTABILIDADE IMEDIATA DE TODOS OS OFA'S!
- ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO!
- REABERTURA DAS SALAS E ESCOLAS FECHADAS E CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESCOLAS ONDE FOR NECESSÁRIO!
- CONCURSO PÚBLICO CLASSIFICATÓRIO!
- MÁXIMO DE 25 ALUNOS POR SALA!
- AULAS DE 45 MINUTOS NO PERÍODO DIURNO E 40 NO NOTURNO!
- ABAIXO AS RESOLUÇÕES DA SE-

CRETARIA DA EDUCAÇÃO, QUE IMPÕEM A REDUÇÃO DA GRADUACÃO CURRICULAR E INSTITUEM O ENSINO PROFISSIONALIZANTE, CESSAM A DESIGNAÇÃO DOS PROFESSORES COORDENADORES ETC!

- FIM DE TODAS AS MEDIDAS QUE ELIMINAM DIREITOS E CRIAM O DESEMPREGO!
- ABAIXO A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO!
- ABAIXO TODA A REFORMA EDUCACIONAL DE SERRA E LULA, BEM COMO A LEGISLAÇÃO QUE A SUSTENTA, INCLUINDO AS AVALIAÇÕES EXTERNAS (Saresp, Prova Brasil etc.)!
- ABAIXO A 836/97, POR UM NOVO PLANO DE CARREIRA, CONSTRUÍDO PELOS PROFESSORES E APROVADO EM ASSEMBLÉIA DE BASE!

A Crise do Sindiute só será resolvida com a expulsão da burocracia corrupta!

Preparar novas eleições e construir uma fração revolucionária no Sindicato!

O nosso sindicato vive uma séria crise. O grupo de diretores formado por Irlene, Sarah, Auxiliadora etc, que saiu da Corrente O Trabalho (PT), procurou dominar o Sindiute de fora pra dentro (não participam de reuniões, não frequentam o sindicato, não respeitam as deliberações de assembleias), controlando as finanças deste e emperrando o funcionamento do Sindicato, que encontra-se semi-paralisado devido a crise na direção e à falta de recursos.

Diante da crise, foi convocada uma assembleia da categoria, que realizou-se dia 15/01. Esta assembleia, diante dos fortes indícios de irregularidade nas contas da entidade, aprovou:

- 1) Auditoria no Sindicato;
- 2) Afastamento das três diretoras envolvidas e responsáveis legais pela entidade (Irlene – Secretária Geral, Maria Auxiliadora e Sarah - 1ª e 2ª Secretárias de Finanças) elegendo, interinamente, outras diretoras para ocupar estas funções (Helena; Ana Cristina e Elsa); e
- 3) Realização do Congresso do Sindiute.

O Grupo Irlene-Auxiliadora, em contra partida, se recusou a entregar a pasta das finanças, apossando-se do dinheiro da categoria e entrou na justiça contra o Sindiute (apesar de ainda hoje estarem liberadas pela entidade e receberem ajuda de custo sem comparecer à sede), pedindo a anulação da assembleia do dia 15/01. As contas da entidade, no BB e Bradesco, estão bloqueadas, sem poderem ser disponibilizadas para a luta, porque o **Grupo Irlene-Auxiliadora**, que já deixou um rombo financeiro na entidade, quer prosseguir sua conduta de saque aos cofres da categoria.

Os trabalhadores em educação precisam saber que o seu dinheiro foi e continua sendo movimentado por pessoas estranhas à categoria, que fizeram uso indevido dos seus recursos, e o controla como propriedade privada! Pessoas que se apropriaram de documentos da entidade (estatuto, atas, recibos) para impedir a qualquer custo a Auditoria. A atitude adotada pelo grupo Irlene-Auxiliadora, não deixa mais qualquer dúvida: trata-se de uma burocracia corrupta e governista que precisa ser extirpada

da categoria. Os professores não podem ter dúvidas quanto à necessidade de expulsar estas burocratas corruptas dos quadros de sócios da entidade. A investigação nas contas da entidade precisa ser encaminhada não apenas para se saber o tamanho do rombo provocado, mas igualmente para se conhecer todos os envolvidos!

A Crise do Sindiute é reflexo da política reformista implementada em nosso sindicato pela corrente petista O Trabalho (privilégios, burocratismo, corpo mole em relação à Prefeitura). Não é à toa que o Trabalho ainda pertence ao mesmo partido da Prefeita Luizianne Lins! A superação definitiva desta crise e a aplicação de uma política consequente e de luta só são possíveis pela via da construção de uma direção revolucionária para o nosso sindicato.

***Preparar novas eleições para o Sindiute já!**

***Organizar a Campanha Salarial com um plano de lutas!**

***Organizar a Paralisação Nacional dia 14/03.**

Metalúrgicos do ABC:

Corrente Proletária luta por eleição direta para a direção do sindicato

Publicamos abaixo trechos do boletim da Corrente Proletária Metalúrgica

Nos dias 10 e 11 de março haverá eleição para o Comitê Sindical de Empresa (CSE) na Volkswagen e em mais 100 empresas ligadas ao sindicato dos metalúrgicos do ABC. Nos dias 22 e 23 de abril acontece uma segunda eleição, desta vez para eleger a direção do sindicato, onde somente os diretores que forem eleitos para os CSEs poderão participar das chapas.

Primeiro: Por que é antidemocrático e acaba com a eleição direta para eleger a direção do sindicato, o **Nossa Classe** denuncia e se coloca contra o fato da direção do sindicato estabelecer que somente os diretores eleitos para os CSEs poderão participar da eleição para a direção do sindicato.

Defendemos a democracia operária, ou seja, o direito de qualquer trabalhador ou trabalhadora, que seja sócio ou sócia do sindicato, poder lançar-se candidato numa chapa, apresentar suas propostas para o conjunto dos trabalhadores e disputar a eleição para a direção do sindicato. Defendemos a eleição direta, como acontecia antes da criação dos CSEs.

Quais os problemas que os trabalhadores devem superar?

Existem três chapas disputando a eleição para o Comitê Sindical na Volkswagen. A chapa 1 (atual direção), a chapa 2 (Oposição) e a chapa 3 (coordenação na Volkswagen). Para nós o mais importante em uma chapa é seu programa, são suas propostas. Por isso, os trabalhadores precisam observar atentamente as propostas que as chapas apresentaram em seus jornais e principalmente se estas resolverão realmente os problemas enfrentados pelo conjunto dos trabalhadores. Apresentamos abaixo os principais problemas que os trabalhadores têm de superar em todas as empresas. É conhecendo os problemas e suas causas que os trabalhadores poderão definir quais propostas devem defender para superar os mesmos.

Vejamos os problemas:

1. A direção do sindicato dividiu os metalúrgicos do ABC em vários grupos: Montadoras, Autopeças, Fundação, Grupo 9, 10 etc. Os patrões estão unidos para demitir e retirar direitos. Os trabalhadores por sua vez estão divididos. As campanhas salariais não são unificadas. Cada grupo enfrenta os patrões de forma isolada. A direção do sindicato dividiu os metalúrgicos em vários grupos para enfraquecer os trabalhadores e impedir que lutem de forma coletiva, unificada, em defesa de seus empregos, salários e direitos.

2. Os patrões sugam até a última gota de sangue dos trabalhadores, acumulam riqueza,

fecham as fábricas, demitem e não pagam salários e direitos dos trabalhadores. Exemplo disso aconteceu na Friz Molducar.

3) Todos os anos, a Volks mente que está tendo prejuízo e logo em seguida ameaça os trabalhadores dizendo que, se não aceitarem as demissões, terceirizações, redução de salários e direitos, ela vai fechar a fábrica.

4) Com essa ameaça e todo tipo de terrorismo a Volkswagen tem conseguido demitir em massa e retirar direitos dos trabalhadores.

5) Ano passado, a Volkswagen demitiu 1800 trabalhadores e contratou 1300 que ganham R\$ 1.110,00.

6) Hoje, na Volks, existem trabalhadores efetivos, cujo menor salário é R\$ 2.840,00 (grau 6).

7) Os novos contratados, temporários, metade deles aposentados, ganham R\$ 1.110,00.

8) Com isso, só quem ganhou foi a Volkswagen, que está produzindo mais com menos trabalhadores, pagando menores salários, explora os aposentados, alguns com mais de 65 anos que, por não receber uma aposentadoria que permita manter sua família, são obrigados a continuar trabalhando. A Volks demitiu trabalhadores que ganhavam em média R\$ 3 mil reais e está contratando outros aposentados ou não que ganham apenas R\$ 1.110,00. Ou seja, com o salário de um trabalhador demitido a Volks está pagando três.

9) A Volkswagen terceirizou várias alas e setores. Terceirizou a ala 6, ala 18, ala 21, ala 3, metade da ala 5 e vários outros setores. Com isso, demitiu milhares de trabalhadores. Em 1996, existiam na Volks 28 mil trabalhadores. Hoje existem menos de 10 mil. Por outro lado, existem milhares de trabalhadores de empresas terceiras trabalhando dentro da Volkswagen e demais empresas, recebendo um salário de miséria. Um exemplo: a Hacing é uma de várias empresas terceiras que tem centenas de trabalhadores trabalhando dentro da Volkswagen. Sabem quanto ganha os trabalhadores da Hacing? R\$ 435,00. Um salário de miséria que não permite os trabalhadores manterem as necessidades básicas de suas famílias. A terceirização é utilizada pelos patrões para demitir, reduzir salários e direitos e, conseqüentemente, aumentar seus lucros.

Como vimos são muitos os problemas que merecem respostas concretas dos trabalhadores.

Qual deve ser o método e o objetivo da luta dos operários e demais oprimidos?

Não basta dizer que defende a luta. É preciso dizer qual é o método de luta e qual deve ser o objetivo da luta dos operários e demais oprimidos. Não basta também apresentar as propostas, é preciso deixar claro para os trabalhadores o método de conquistá-las e acabar de uma vez por todas com a exploração capitalista. O **Nossa Classe** defende o método próprio de luta da classe operária, que são as greves, as ocupações de fábricas, a ação direta. Deixamos claro que a greve dos trabalhadores contra as demissões, a retirada de direitos e o fechamento das fábricas deve ter como objetivo o controle operário da produção (fábrica sem patrão e sob o controle dos trabalhadores). O controle operário deve ser o objetivo da luta de todos os trabalhadores, em todas as fábricas. Somente com as fábricas sob o controle dos trabalhadores será possível acabar com a exploração de uma minoria de patrões sobre a maioria dos trabalhadores. Com as fábricas sob o controle dos trabalhadores será possível garantir emprego e um salário mínimo vital a todos os trabalhadores. O objetivo dos patrões é somente o lucro. Para aumentar seus lucros, os patrões demitem e reduzem salários. Os trabalhadores, por sua vez, precisam, necessitam lutar por seus empregos, salários e direitos. Está aí a luta de classes. De um lado, a burguesia, sedenta por lucro e mais lucro, e, do outro, o proletariado (operários e demais oprimidos). Enquanto as terras, as fábricas, as máquinas estiverem sob o controle dos patrões, os trabalhadores continuarão sendo explorados, demitidos e seus direitos retirados. Por isso, a luta dos trabalhadores contra as demissões e a retirada de direitos é uma luta contra o próprio modo de produção capitalista que se baseia na propriedade privada dos meios de produção. A luta dos trabalhadores deve ser para destruir a propriedade privada e estabelecer a propriedade coletiva, social, onde a produção e a riqueza produzida ficarão nas mãos da maioria que a produziu e não nas mãos de um patrão parasita que nada produz.

A chapa 1 e a chapa 3 colocaram em seus jornais que nossas propostas de salário mínimo vital, emprego a todos e o controle operário da produção são fantasiosas e infundadas, dizem que não é possível defender emprego a todos, um salário mínimo vital, a greve, a ocupação das fábricas e o controle operário da produção. Vejamos: Existem milhões de desempregados. Os governos e os patrões pagam um salário de miséria aos trabalhadores. Os patrões estão fechando as fábricas e demiti-

tindo os trabalhadores. Diante dessa situação perguntamos: não existem fundamentos para defendermos a greve, a ocupação das fábricas, o controle operário da produção, emprego e um salário mínimo vital a todos os trabalhadores? Estamos criando alguma fantasia? Não, esses problemas são concretos e por isso devem ter respostas concretas por parte dos trabalhadores para combatê-los. Concluímos, portanto, que a chapa 1 e a chapa 3 dizem que nossas propostas são infundadas apenas para defender que as fábricas continuem sob o controle dos patrões, portanto, defender que os trabalhadores continuem sendo explorados, demitidos e seus direitos retirados. A chapa 1 e a chapa 3 defendem a manutenção do sistema de exploração capitalista, desta forma poderão continuar vivendo das migalhas recebidas dos patrões para trair os trabalhadores. O Nossa Classe defende a unidade de operários, camponeses, estudantes e demais oprimidos para destruir a burguesia e seu estado opressor por meio da ação direta, insurreição armada das massas (revolução proletária), construir um novo modo de produzir e distribuir a riqueza, sem propriedade privada, sem exploradores e explorados, uma sociedade socialista.

A chapa 1 e a chapa 3 não defendem a ação direta. Como vimos acima, o método de luta que a chapa 1 e a chapa 3 defendem não são as greves, as ocupações de fábricas, a ação direta das massas, que são o método próprio de luta da classe operária. A chapa 1 e a chapa 3 seguem a política de parceria da direção do sindicato. A direção do sindicato há muito tempo deixou de defender a ação direta, as greves, as ocupações de fábricas, as assembleias gerais, a luta coletiva dos trabalhadores e passou a negociar com os patrões acordos de demissão, redução de salários e direitos. A política da direção sindical é de conciliação de classe, ou seja, fazem de tudo para impedir que os explorados lutem contra seus exploradores (patrões e governos). A direção sindical diz que não é mais preciso fazer greve, porque agora os patrões e o governo estão abertos para negociar, que são outros tempos. Tudo conversa fiada. Os tempos são outros, mas a luta de classe continua. Os interesses dos capitalistas continuam sendo opostos aos dos trabalhadores. A sangria por lucro por parte dos capitalistas fica cada vez mais acirrada com a desintegração do sistema capitalista, com concorrência entre os capitalistas por mercado e por lucros. Os capitalistas, para aumentar sua taxa de lucro, descarregam sobre os trabalhadores o desemprego, baixos salários e com isso a miséria e fome. Portanto, para defender a vida dos operários e demais oprimidos, a necessidade de lutar, de fazer greve, de ocupar as fábricas, terras, de unificar os trabalhadores nas assembleias gerais hoje é maior do que nunca.

Porque não estamos na chapa 2

Na reunião da Oposição, apresentamos como condição para fazer parte da chapa 2 as seguintes propostas:

1. Denunciar e colocar-se contra o fato da direção do sindicato estabelecer que somente os diretores eleitos para os Comitês Sindicais poderão participar da eleição para a direção do sindicato. Defender a democracia operária, ou seja, o direito de todos os trabalhadores sócios do sindicato poderem lançar-se candidatos para a direção. Fazer uma campanha em defesa da eleição direta e da democracia operária.

2. Contra as demissões, a retirada de direitos e o fechamento das fábricas defender a greve, a ocupação das fábricas e, como consequência da luta, impor o controle operário da produção (fábrica sem patrão e sob o controle dos trabalhadores).

3. Defender nas campanhas salariais um piso salarial de R\$ 2.500,00 (salário mínimo vital) a todos os trabalhadores, para acabar com os salários de miséria pagos pelos patrões. Fim da divisão dos metalúrgicos em grupos. Defender pauta única de reivindicação para todos os metalúrgicos. Assembleia geral para unificar a luta e impor por meio da ação direta as reivindicações.

4. Defender emprego a todos os trabalhadores. A divisão das horas necessárias para produzir entre todos os trabalhadores empregados e desempregados, sem redução nos salários (escala móvel das horas de trabalho) como única forma de acabar com o desemprego.

5. Nenhum apoio ao governo Lula. Derrotar nas ruas com o método da ação direta as reformas do governo Burguês de Lula contra os trabalhadores.

6. Nenhuma cobrança de impostos sobre os salários dos trabalhadores.

7. Colocar-se contra o banco de horas e os acordos de sábados adicionais (hora extra) defendidos pela direção do sindicato.

Após apresentarmos as propostas que deveriam fazer parte do programa da chapa 2 foi feito o debate. Durante o debate alguns companheiros da oposição concordaram com as nossas propostas. Os companheiros que eram a favor de nossas propostas diziam: se não defendermos essas propostas o que defenderemos? Se não defendermos essas propostas qual será a diferença da política da oposição para a política da direção do sindicato. Outros diziam que não era possível defender nossas propostas por que eram propostas revolucionárias e que a chapa 2 não era nenhuma organização revolucionária. Depois de feito o debate foi colocado em votação se as propostas apresentadas por nós do Nossa classe deveriam fazer parte ou não do programa da chapa 2 (oposição). 7 votaram contra nossas propostas. 5 votaram a favor.

Alguns que se colocaram contra diziam

que até gostariam que todos os trabalhadores ganhassem um salário mínimo vital que fosse possível manter suas famílias, até gostariam que todos os trabalhadores tivessem empregos, só que não era possível defender essas propostas nesse momento. Diziam que essas propostas só acontecerão no socialismo etc. Se a chapa 2 não defende a greve, a ocupação das fábricas e o controle operário da produção, perguntamos: Qual será a proposta da chapa 2 quando os patrões ameaçarem demitir, retirar direitos e fechar as fábricas? Está aí a limitação dos companheiros da oposição chapa 2. Os companheiros da oposição chapa 2 não entendem que uma oposição para ser conseqüente na defesa das reivindicações dos trabalhadores tem de defender necessariamente uma política revolucionária. Os companheiros da chapa 2 não entendem que diante do ataque dos patrões aos trabalhadores a uma direção só existem duas saídas: Uma é organizar os trabalhadores para fazer uma greve, ocupar as fábricas e deixar claro para os trabalhadores que a consequência, que o objetivo da luta, deve ser o controle operário da produção, ou seja, defender uma política revolucionária. A outra é a política de conciliação, parceria, que faz a direção do sindicato, ou seja, não organiza os trabalhadores, faz de tudo para impedir que a greve seja vitoriosa, para dizer que não fez luta faz dois ou três dias de greve e depois negocia um acordo que permite os patrões demitirem e retirar direitos dos trabalhadores.

Outros que se colocaram contra nossas propostas diziam que a chapa 2 não poderia naquele momento de eleição colocar-se contra as horas extras porque a maioria dos trabalhadores estão fazendo horas extras, inclusive os próprios membros da oposição estavam fazendo horas extras, portanto não poderiam mexer no bolso dos trabalhadores. Como a chapa 2 vai fazer oposição, vai representar os trabalhadores se não tem coragem de colocar-se contra as horas, e defender perante os trabalhadores que a luta deve ser para reduzir a jornada de trabalho, que existem milhões de desempregados e que portanto é necessário unir empregados e desempregados para combater o desemprego defendendo a divisão das horas necessárias para produzir entre todos os trabalhadores empregados e desempregados, sem redução de salários e com um salário mínimo vital?

Está aí porque não estamos fazendo parte da chapa 2. Está aí também porque fazemos um chamado aos companheiros da chapa 2 e demais trabalhadores para que juntos possamos construir as comissões de fábricas independentes, classistas e revolucionárias em todas as empresas. Só uma direção revolucionária poderá organizar os operários e demais oprimidos para destruir o sistema de exploração capitalista e construir uma sociedade socialista.

Formação Política: Programa de Transição

No dia 03 de fevereiro, o Partido Operário Revolucionário iniciou um novo ciclo em seu curso de formação política, o qual se realiza há mais de uma década com enorme disciplina. Finalizamos os estudos sobre as revoluções burguesas e proletárias. O tema que começamos a tratar é uma das principais contribuições de **Leon Trotsky** ao marxismo-leninismo, que é o **Programa de Transição da IV Internacional (1938)**. Trata-se de um documento de grande valor histórico, mas também de uma serventia maior ainda para a militância marxista na realidade

presente. Isso porque mantém sua validade política, devido à análise que faz da época de desintegração do capitalismo.

Durante o curso, ressaltamos a importância de entender o Programa não como expressão da mente de um militante, tomado individualmente, mas sim como síntese de uma tradição acumulada por muitos anos, numa trajetória que pode ser buscada em Marx, passando pelas contribuições dadas pelo bolchevismo e pela Oposição de Esquerda. Mais fundamental ainda é a colocação feita de que temos de entender o Programa

sobretudo como um método, que deve ser aplicado à realidade de cada país. Não identificá-lo com uma receita pronta de intervenção é uma necessidade histórica, parte fundamental da luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução, a IV Internacional.

Abaixo, reproduzimos o material que serviu de base à exposição. São dois breves resumos, um sobre a trajetória da Quarta até sua fundação, e outro sobre os **quatro primeiros pontos** do Programa. No próximo encontro, que acontecerá no primeiro domingo de março, avançaremos mais cinco pontos.

Resumo da história da fundação da IV Internacional

A história do desenvolvimento das divergências entre Trotsky e Stálin, que vai culminar com a fundação da IV Internacional, pode ser dividida em dois grandes períodos:

a) DE 1923 A 1929 - DA FORMAÇÃO DA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA À EXPULSÃO DA URSS, passando pela formação, em 1926, da Oposição de Esquerda Unificada, e pela expulsão de Trotsky do PCURSS, em 1927. O centro das divergências estava na constatação de Trotsky quanto ao perigoso processo de degeneração burocrática que se operava no interior da URSS. Inicialmente, Lenin havia tomado parte nesse debate, alertando o partido contra o risco da burocratização, como o atestam seu testamento político e outros documentos. Após a morte de Lenin, em 1924, a luta de Stálin e sua camarilha contra a influência de Trotsky avançará rapidamente,

culminando com a expulsão do partido, seguida do desterro na Sibéria. Em 1929 Trotsky era expulso da URSS.

b) DE 1929 A 1938 - DA EXPULSÃO DA URSS À FUNDAÇÃO DA IV INTERNACIONAL. Nessa etapa surgiu a Oposição de Esquerda Internacional, organismo que inicialmente apresentava como objetivo a reforma da III Internacional. Para seguir esse objetivo, Trotsky defendia a constituição da Oposição como fração dentro do partido mundial. Objetivo que teve de ser abandonado diante da total degeneração do estalinismo, uma vez que este capitulou ante a ascensão do nazismo na Alemanha. O ano que marca essa virada é 1933, quando Hitler atinge o cargo de chanceler. Stálin recusou a política de frente única com a social-democracia para enfrentar o fascismo. Tal recusa fundava-se na avaliação da direção da Terceira de que se

tratava de partir para uma ofensiva em todos os países rumo à tomada do poder, para o quê se deveria rejeitar a aliança com os “social-traidores” (ou “social-fascismo”, como o estalinismo denominava a social-democracia). Esse período da história da política estalinista é conhecido como “terceiro período” e é marcado pelo ultra-esquerdismo. Dado que já se diagnosticara a morte da Terceira para a luta do proletariado internacional desde 1933, Trotsky defenderá na Conferência de 1936 a fundação da Quarta. Essa proposta foi rejeitada até 1938, ano do nascimento, portanto, da IV Internacional. Trotsky se encontrava no México, local onde fora assassinado dois anos depois, a mando da camarilha estalinista. Mesmo do outro lado do mundo, o velho bolchevique teve participação decisiva no ato de fundação, visto ser o artífice da nova organização e redator do programa aprovado, o Programa de Transição.

Resumo do Programa de Transição

1 – OS REQUISITOS OBJETIVOS DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA. O Programa de Transição parte da constatação de que o capitalismo atingiu sua fase de apodrecimento econômico e social, o que significa que as bases materiais estão maduras para a revolução socialista. Sem que o proletariado se coloque à altura de destruir o capitalismo através da revolução social, a civilização humana será arrastada para a barbárie. Assim a questão está

na tarefa da vanguarda revolucionária superar a crise histórica de direção, construindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, ou seja, a IV Internacional. O Programa de Transição se fundamenta nas condições objetivas em que impera o choque entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção.

2 – O PROLETARIADO E SUA DIREÇÃO. A política do estalinismo

de conciliação com o imperialismo e de derrotas do movimento revolucionário internacional é responsável pela crise de direção. O reformismo social-democrata e a burocracia estalinista constituem um grande obstáculo para a revolução para a revolução. Não se trata de pôr remendos no capitalismo, mas de destruí-lo. O reformismo na época imperialista é contra-revolucionário.

As táticas da frente única

No jornal Massas 352 iniciamos a publicação do texto de León Trotsky sobre as táticas da frente única. Foi transcrito a primeira parte: “Considerações Gerais sobre a Frente Única”. Nesse número, reproduziremos as partes II e III.

León Trotsky

II. SETORES DO MOVIMENTO OPERÁRIO FRANCÊS

10. Se nos propomos a analisar o problema da Frente Única em sua aplicação na França, sem abandonar o terreno destas teses, que surgem do conjunto da linha política da Internacional Comunista, devemos então perguntar: deparamo-nos na França com uma situação em que os comunistas representam, do ponto de vista da ação prática, uma força insignificante? Ou, pelo contrário, abarcam a grande maioria dos operários organizados? Ou por acaso ocupam uma posição intermediária? São suficientemente fortes para que sua participação no movimento de massas revista de maior importância, mas não o bastante fortes para concentrar em suas mãos a direção?

É bem evidente que nos deparamos com o terceiro caso.

11. Na esfera partidária, o predomínio dos comunistas sobre os reformistas é enorme. A organização e a imprensa comunistas superam em muito a imprensa dos chamados socialistas, tanto na tiragem como na riqueza e vitalidade.

Esta evidente preponderância, entretanto, longe de garantir ao Partido Comunista Francês a indiscutível direção do proletariado francês, não alcançou até agora, devido principalmente a que o proletariado está influenciado poderosamente por tendências e prejuízos antipolíticos e antipartidários, alimentados principalmente pelos sindicatos.

12. A particularidade que sobressai do movimento operário francês está apoiada nisso: o sindicato tem servido por muito tempo como uma cobertura para um particularíssimo partido político, antiparlamentar, que leva este nome - sindicalismo. Se bem que os sindicalistas revolucionários podem delimitar sua atuação da política ou de um Partido, não podem refutar o fato de que eles mesmos constituem um partido político, que busca basear-se nas organizações sindicais do proletariado. Este

Partido tem suas próprias tendências revolucionárias positivas, mas também seus próprios aspectos sumamente negativos: a falta de um programa genuíno e definitivo e de uma organização constituída. A organização dos sindicatos não corresponde em absoluto à organização do sindicalismo. No sentido organizativo, os sindicalistas representam um núcleo político amorfo injetado nos sindicatos.

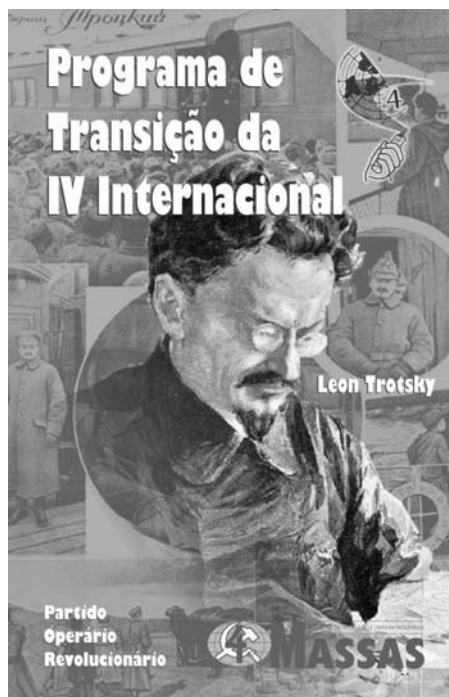
O problema se complica ainda mais pelo fato de que os sindicalistas, como todos os outros grupos do proletariado, se dividiram desde a guerra em duas partes: os reformistas, que apóiam a burguesia e, portanto, se inclinam à colaboração estreita com os reformistas parlamentares; e o setor revolucionário, que está buscando o caminho para derrotar seu adversário e está se movendo, na pessoa de seus melhores elementos, em direção para o comunismo. É precisamente essa urgência de preservar a unidade (de classe) de frente, que inspirou não somente aos comunistas mas também aos sindicalistas revolucionários a tática absolutamente correta da luta pela unidade da organização sindical do proletariado francês. Por

outro lado, com instinto de traidores que possibilita que saibam que frente às massas não podem - na ação, na luta - enfrentar-se com a ala revolucionária, Jouhaux, Merrhaim e CIA., tomaram o caminho da cisão. A luta super importante que envolve atualmente o conjunto do movimento sindical francês - a luta entre reformistas e revolucionários - constitui para nós, ao mesmo tempo, uma luta pela unidade da organização dos sindicatos e da Frente Única Sindical.

III. O MOVIMENTO SINDICAL E A FRENTE ÚNICA

13. O comunismo francês enfrenta uma situação sumamente importante quanto à idéia da Frente Única. Na estrutura da organização política, o comunismo francês triunfou ao conquistar a maioria do velho Partido Socialista, com o qual os oportunistas acrescentaram toda sua lista anterior de qualificativos, o de “dissidentes”, quer dizer, divisionistas. Nosso partido tem se servido desta expressão no sentido de que tem implantado a designação de divisionistas às organizações social-reformistas francesas, dando assim à vanguarda a certeza de que os reformistas são destruidores da unidade de ação e da unidade de organização.

14. No campo do movimento sindical, a ala revolucionária e sobretudo os comunistas não podem ocultar, nem tampouco seus adversários, quão profundas são as diferenças entre Moscou e Amsterdam - diferenças que, de nenhum modo, são simples sombras que obscurecem o panorama do movimento operário, senão um reflexo do profundo conflito que comove a sociedade moderna, particularmente, do conflito entre a burguesia e o proletariado. Mas, ao mesmo tempo, a ala revolucionária, isto é, antes de todos, e, principalmente, aos conscientes elementos comunistas, nunca propuseram a tática de abandonar os sindicatos ou de dividir as organizações sindicais. Tais consignas são características de grupos sectários, de “localistas”, KAPD (os comu-



Adquira com o distribuidor deste jornal

nistas ultraesquerdistas da Alemanha que formaram seu próprio partido: Partido Operário Comunista Alemão), certos “libertários”, grupinhos anarquistas na França, que nunca tiveram influência no seio do proletariado, que nem tentam nem aspiram conquistar essa influência, senão que se contentam com pequenas seitas próprias e com congregações rigidamente demarcadas. Os elementos verdadeiramente revolucionários entre os sindicalistas franceses têm sentido instintivamente que a classe operária francesa pode ser ganha na arena do movimento sindical somente se se confrontarem o ponto de vista e os métodos revolucionários com os dos reformistas, no terreno da ação de massa, preservando ao mesmo tempo o mais alto grau possível de unidade na ação.

15.O sistema de frações nas organizações sindicais, adotado pela ala revolucionária, significa a forma de luta mais natural para a influência ideológica e para a unidade da frente sem perturbar a unidade da organização.

16.Tal como os reformistas do Partido Socialista, os reformistas do movimento sindical tomaram a iniciativa para a cisão. Porém isso se deve a toda a experiência do Partido Socialista, que os fez ver claramente que o tempo avançava em favor dos comunistas, e que a única forma de contra-atacar essa influência era forçando uma cisão. Por parte da camarilha dirigente da CGT, podemos ver todo um sistema de medidas a fim de desorganizar a ala esquerda, de privá-la daqueles direitos que os sindicatos lhe dão, e, finalmente, através da expulsão aberta – em oposição a todo estatuto e regulamento de colocá-la formalmente fora dos sindicatos.

Por outro lado, temos a ala revolucionária lutando para defender seus direitos no terreno das normas democráticas das organizações operárias, e resistindo com toda força à cisão implantada desde cima, convocando a base à unidade da organização sindical.

17.Todo operário francês consciente deve saber que, quando os comunistas eram uma sexta parte, ou uma terceira parte do Partido Socialista, não tentaram cindir-se, pois tinham absoluta certeza de que a maioria do Partido os seguiria num futuro próximo. Quando os

reformistas se viram reduzidos a uma terceira parte separaram-se, carentes de esperanças em ganhar a maioria da vanguarda proletária. Todo operário francês consciente deve saber que, quando os elementos revolucionários tiveram de enfrentar o problema sindical, apesar de serem neste momento uma minoria insignificante, lhe deram saída na forma de trabalho em organizações de base, pois estavam convencidos de que a experiência da luta, nas condições de uma época revolucionária, empurraria em seguida a maioria dos operários organizados para o programa revolucionário. Quando os reformistas, em troca, perceberam o crescimento da ala revolucionária nos sindicatos, usaram imediatamente o método da expulsão e da divisão.

Daqui podemos tirar conclusões da maior importância:

Primeiro, a enorme profundidade das diferenças que refletem, como já temos dito, a contradição entre a burguesia e o proletariado tem se clareado.

Segundo, o “democratismo” hipócrita dos opositores da ditadura fica desmascarado até às raízes, ao máximo quando esses cavalheiros não se inclinam a tolerar, não somente na estrutura do Estado, mas também na estrutura das organizações operárias, os métodos democráticos. Ali, onde estas organizações operárias se voltam contra eles, as abandonam tal como os dissidentes do Partido, ou expulsam os demais, como fez a camarilha de Jouhaux – Desmou-lins. É monstruoso supor que a burguesia poderia permitir que a luta contra o proletariado chegasse a uma decisão dentro de uma estrutura democrática, quando até os agentes da burguesia nos sindicatos e nas organizações políticas se opõem a resolver as questões do movimento operário com base nas normas da democracia proletária adotadas voluntariamente por eles.

18.A luta pela unidade da organização operária e da ação sindical continuará sendo, no futuro, uma das tarefas mais importantes do Partido Comunista – não somente uma luta no sentido de empurrar constantemente para a unidade de grandes setores de operários em torno do programa e táticas comunistas, mas também no sentido do Partido Comunista em marcha para a

realização deste objetivo - tanto em forma direta como através dos comunistas nos sindicatos, esforça-se por meio da ação, por reduzir ao mínimo os obstáculos que são as divisões para o movimento operário.

Se apesar de todos os nossos esforços por restabelecer a unidade, a divisão na CGT se concretizar sem remédio num futuro imediato, isto não significa em absoluto que a “CGT Unitaire” (Central Sindical dos sindicalistas de esquerda expulsos) - sem levar em conta se uma metade ou mais da metade dos operários organizados se lhe unirão no próximo período - deva levar adiante sua tarefa ignorando simplesmente a existência da CGT reformista. Uma política desta natureza significaria dificuldades ao extremo, e até excluiria a possibilidade de realizar ações coordenadas do proletariado, e ao mesmo tempo facilitaria ao máximo a possibilidade de que a CGT reformista jogasse, em benefício da burguesia, o papel da “Ligue Civique” (Organização fura greve da burguesia francesa) frente às greves, manifestações etc., e ao mesmo tempo daria a CGT reformista uma espécie de justificativa, ao argumentar que a CGT Unitaire provoca ações públicas inoportunas, e que deve arcar com toda a responsabilidade por elas. É bem evidente que em todos os casos onde as circunstâncias o permitam, a CGTU revolucionária essa iniciará uma campanha quando considerar necessário, dirigindo-se abertamente à CGT reformista com propostas e demandas para um plano concreto de ações coordenadas, e obrigá-la a sofrer a pressão da opinião pública proletária, expondo diante da opinião pública cada um dos passos incertos e evasivos dos reformistas.

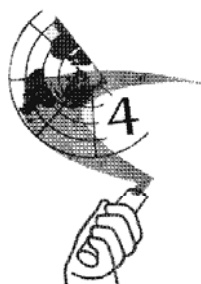
Ainda no caso de que a divisão na organização sindical seja um fato, os métodos de luta pela frente única conservarão todo o seu significado.

19.Podemos, portanto, estabelecer que em relação ao setor mais importante do movimento operário – os sindicatos – a tática da Frente Única exige que os métodos com que levamos adiante a luta contra Jouhaux e CIA sejam aplicados em forma mais consistente, e com mais persistência e resolução que nunca.

Nesta edição:

- Crise na Europa
- EVO Acusa o POR
- Uma cruel enganação da burocracia sindical
- Renúncia de Fidel Castro

Artigos do Cerqui



Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Crise na Europa

A restauração capitalista na Iugoslávia, a guerra de nacionalidades e a desintegração da federação iugoslava em vários estados conduziram a mais um capítulo da crise nos Balcãs – a independência de Kosovo. A Sérvia contesta o decreto de soberania. A Rússia apóia a Sérvia. Os Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha defendem a separação. Espanha, Romênia, Grécia e Bulgária relutam em aceitar a decisão porque enfrentam movimentos separatistas. O mesmo se passa com a China e Geórgia. A França não aceita o direito de separação da Córsega, mas apóia o separatismo dos kosovares. Na Espanha, os bascos e catalães travam antigos combates pela independência, por isso o governo espanhol disfarça-se com o não reconhecimento imediato. Está aí um quadro que expõe fraturas e crise na Europa.

Ocorre que a dissolução da Iugoslávia se deu sob influência das potências europeias e dos Estados Unidos. Formaram-se estados na Eslovênia, Croácia, Bósnia, Montenegro e Macedônia, em contraposição à Sérvia, que exercia o poder da burocracia iugoslava proveniente do titismo, faltou apenas Kosovo de maioria albanesa. Mas que permaneceu sob intervenção da OTAN e sob tutela da ONU, que quer dizer dos Estados Unidos.

Os separatismos só foram adiante devido à intervenção escondida e aberta do imperialismo em favor da guerrilha anti-Sérvia, que procurou esmagar militarmente a insubordinação das regiões e nacionalidades conflagradas. Kosovo é reivindicada como berço da Sérvia, apesar de sua população ser de 90% de albaneses, constituía o último elo de



Kosovo: as massas são arrastadas pelo imperialismo para o separatismo

fragmentação da Iugoslávia ocorrida na década de 90.

A unificação do fragmentado Balcãs constituindo a Iugoslávia como resposta à crise do capitalismo, à Segunda Guerra Mundial e ao nazismo foi uma conquista revolucionária das várias nacionalidades. A economia socializada potenciou a região balcânica constituída anteriormente por um mosaico de pequenas nações subordinadas às potências europeias.

A degeneração estalinista da Revolução Russa e o nacionalismo de Tito deram lugar ao processo de restauração capitalista, que igualmente desintegrou a União Soviética e a Iugoslávia, fazendo os Balcãs retroceder histórico, econômico e politicamente. As repúblicas não ganharam de fato independência, estão

sob a égide das potências.

A intervenção dos Estados Unidos nos Balcãs certamente constitui um fator de crise mais ampla, como se vê com a discordância da Rússia. A transformação definitiva de Kosovo em protetorado da França, Inglaterra e Estados Unidos ampliará os choques das frações imperialistas na Europa.

O proletariado dos Balcãs tem de se livrar dos nacionalismos, das heranças da burocracia autoritárias e enfrentar as forças pró-capitalistas que expressam os interesses da burguesia local e do imperialismo. Não há outra via senão construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, que encarne o Programa de Transição da IV Internacional.

EVO Acusa o POR

O Partido Operário Revolucionário (POR) “é o melhor instrumento do imperialismo” e das oligarquias, criticou o Presidente Evo Morales em um discurso pronunciado para sua base cocalera em Cochabamba. Assim respondeu o mandatário à organização política trotskista, que critica o MAS por sua política abertamente “pró-burguesa”.

Não é a primeira vez que Morales lança uma acusação contra o POR. Antes de ser Presidente, Evo questionava as teses classistas do trotskismo e era partidário de romper a hegemonia mineira na Central Operária Boliviana (COB). O dirigente cocalero não entendia por que só os operários podiam chegar à secretaria executiva da organização sindical mais elevada, enquanto o movimento cocalero liderava a luta contra os governos neoliberais. Naquele dia, Morales questionou os trotskistas por elaborarem a luta armada, mas não a colocar em prática quando se necessitava dela. Além disso, nos criticou com relação à defesa que fazemos do “pluralismo ideológico” dizendo que este permite a penetração de militantes do MNR na COB.

A partir disso, o governo de Morales iniciou uma campanha para desprestigiar e isolar os trotskistas nos sindicatos. Comenta-se que os masistas se aliaram com seguidores do ultradireitista governador Manfred Reyes Villa para cercar o prédio da Federação Universitária Local (FUL) da Universidad Mayor de San Simón de Cochabamba, que é dirigida por militantes trotskistas.

O POR não economiza adjetivos para desqualificar o indigenismo nacionalista do MAS. Refere-se a Evo como um “pitoresco serviçal da ordem burguesa” e não duvida em afirmar que o MAS e a “meia lua” são “irmãos que estão se gestando no mesmo útero, pois ambos defendem a propriedade privada e encarnam os interesses gerais da classe dominante nativa e do imperialismo”.

Na visão do POR, o partido do Presidente não nacionalizou

a indústria energética (só alterou os contratos com as multinacionais), não tem o mínimo interesse de retomar as grandes jazidas mineiras das mãos das corporações estrangeiras e aplica uma tímida reforma agrária, muito mais inofensiva que a reforma nacionalista do MNR em 1953.

Entre muitas outras críticas, o trotskismo observa que o decreto 29423, que modifica a Lei de Pensões, consolida a vigência do sistema de capitalização individual. Deste modo, as promessas governamentais de modificar a lei de pensões e retornar ao sistema solidário terminam como mais outra mentira.

Por outro lado, observam que o anunciado reajuste salarial de 10% não cobre nem sequer o índice de inflação de 2007. Ou seja, o anúncio presidencial já implica uma redução dos salários de pelo menos 30%, sem levar em conta que, para este ano, a situação se agravará com a queda da produção agropecuária devido aos fenômenos naturais e, por outro lado, ao aumento do meio circulante.

Além de tudo isso, a anunciada criação da “Coordenação Nacional para o Câmbio” (CONALCAM) pretende nos fazer acreditar que serão os explorados que governarão através de seus dirigentes, ainda que não seja mais que uma manobra para converter os sindicatos em apêndices do Estado burguês e “manietar as organizações sindicais”.

Os trotskistas afirmam que Morales está tentando fazer resurgir uma espécie de capitalismo de Estado que já foi superado pela história e que fracassou na prática.

O Presidente é um prisioneiro do Estado burguês, ao qual seguirá servindo inclusive às custas de sua segurança pessoal, porque não está disposto a levar adiante uma verdadeira revolução que implicaria em acabar com a propriedade privada.

(Nota publicada em bolpress.com no sábado 16-02-08

Extraído do Massas Nº 2070 de 22 de fevereiro de 2008)

A greve geral por tempo indeterminado da C.O.B.

Uma cruel enganação da burocracia sindical

O governo do MAS, como todo governo burguês ou proletário, é profundamente anti-Operário, inimigo dos explorados, particularmente dos trabalhadores. Evo, “o cocalero”, lacão dos grandes proprietários e do imperialismo, está convencido de que as reivindicações salariais dos trabalhadores são medidas políticas contra seu governo e insinua que os trabalhadores devem morrer de fome e suportarem a brutal opressão burguesa, para demonstrar seu apoio ao suposto “processo de mudança” do governo.

Rechaça a pauta de reivindicação da COB, afirmando que seu governo é social porque deu o Bônus Juancito Pinto aos estudantes, o Bônus Dignidade aos idosos e a “nacionalização” ao povo boliviano (a maior mentira do governo entreguista; a propósito, a imprensa informa que a empresa de mineração COMIBOL está entregando o Complexo Metalúrgico de Karachipampa para a multinacional Atlas Precious Metals). Gaba-se de que os 10% de aumento aos trabalhadores da saúde e da educação é maior que os que eram concedidos pelos governos

anteriores. Um incremento miserável que não cobre nem sequer a perda do poder aquisitivo do salário pela inflação, que continuará a se acentuar como consequência dos desastres naturais e da especulação dos agroindustriais “autonomistas” do oriente. Para os trabalhadores do setor privado, o aumento está subordinado à arbitrariedade dos patrões.

O desemprego aumenta. O abuso, a prepotência e a superexploração patronal se elevam. A classe operária está obrigada a lançar-se à luta na defesa de seus interesses e conquistas mais elementares contra os abusos dos patrões, denunciando para o país o caráter anti-operário e reacionário do governo do M.A.S. e a necessidade de lutar contra ele.

Esta luta não pode ser improvisada, deve ser cuidadosamente preparada. A classe operária deve retomar seu papel de direção política das massas exploradas, coisa que agora não ocorre, retomar sua estratégia revolucionária própria como referência da luta dos explorados, contrapondo-a ao reformismo pró-burguês do M.A.S. e à expressão fascista da oposição de

direita, mostrar a necessidade de romper as cadeias de opressão burguesa e imperialista destruindo o poder econômico burguês, que é a propriedade privada sobre os meios de produção.

A burocracia sindical da COB, sem nenhuma preparação, sem consultar ninguém, sem realizar o trabalho político que lhe corresponderia, sem se reclamar depositária da tradição de luta da C.O.B., lança uma declaração anunciando uma Greve Geral Por tempo indeterminado que, logicamente, não foi acatada por nenhum setor. Um débil bloqueio dos trabalhadores municipais em Apacheta foi brutalmente reprimido pelo governo que, de maneira diferente, suporta todas as tolices dos cívicos fascistas.

A Greve Geral Por tempo indeterminado é o ponto culminante de uma situação de agudização da luta de classes e mobilização social que traz em suas entranhas a possibilidade de levar a um processo insurrecional. Não se pode decretar a frio, inconsequentemente, com o propósito bastardo dos dirigentes de dissimular seu submetimento ao governo anti-operário do M.A.S. e aparecer como quem fez algo frente à incapacidade do governo para atender as reivindicações Trabalhistas.

Esta atitude irresponsável da burocracia sindical, é um crime, uma palhaçada, que os trabalhadores devem repudiar com a maior energia.

Extraído do jornal massas boliviano Nº 2070 de 22 de fevereiro de 2008

Renúncia de Fidel Castro

A renúncia de Fidel Castro e sua sucessão por Raul Castro, seu irmão, significa que a burocracia castrista continua no poder. A burguesia internacional esperava que representantes dos mais jovens burocratas, que não viveram a revolução, ocupasse cargos estratégicos, o que facilitaria o processo de reforma pró-capitalista. Mas a restauração do poder nas mãos de Raul Castro não reverterá o processo de restauração. Dará prosseguimento ao sufocamento das conquistas da Revolução de 1959 e o retorno ao capitalismo. O problema está em que o proletariado cubano não conseguiu construir um partido revolucionário para a realização da Revolução Política.

A revolução política manteria as conquistas econômicas da Revolução de 1959: fim da grande propriedade privada dos meios de produção, monopólio do comércio exterior pelo Estado e a planificação da economia. Além disso, traria a democracia política operária, permitindo a liberdade de organização, reunião e manifestação para os trabalhadores que respeitassem as conquistas econômicas da Revolução de 59. A classe operária tem de ter o controle da economia do Estado por meio de organizações que materializem a democracia proletária para enfrentar os ataques dos Estados Unidos e a gigantesca pressão da burguesia mundial.

A revolução política vitoriosa poria um fim ao retorno ao capitalismo implementado pela burocracia castrista em Cuba.

A instalação da democracia, que tanto tem esperança a burguesia com a renúncia de Fidel Castro e que tanto

alardeia seus meios de comunicação, refere-se à liberdade para a acumulação de capital pela propriedade privada capitalista e o direito à liberdade de organização política da burguesia para defender abertamente o retorno ao capitalismo. A burguesia refere-se à democracia como sinônimo de capitalismo: liberdade de comércio (economia) e liberdade política (disputa pelo controle do governo do Estado).

Cuba apenas deu um passo para o socialismo com a expropriação da propriedade privada burguesa. Para poder realizar a cada um segundo o seu trabalho, ou seja, pôr fim a exploração capitalista do trabalho, a extração da mais-valia, isto requer construir uma sociedade sob a base da grande e mais avançada técnica conquistada pelo próprio capitalismo. Uma vez que nenhum país é auto-suficiente, mesmo a maior potência capitalista, isto significa dizer que nenhum país consegue alcançar o socialismo (primeira fase do comunismo, fase inferior) sozinho. O socialismo em um só país é impossível. Sendo o capitalismo um modo de produção internacional, que subjuga e mantém sua lógica através de sua predominância no mercado mundial, o socialismo só pode se instalar, progredir e se desenvolver se for aplicado em nível internacional. O socialismo só será instituído se conseguir predominar sobre o capitalismo nas relações econômicas do mercado mundial. Caso contrário, os exemplos históricos são atuais, os países que acabaram com a burguesia em seus países



Fidel Castro e Raul Castro: continuidade da burocracia dirigente em Cuba

e tentaram caminhar para o socialismo, não agüentarão (ou não agüentaram) sozinhos e voltarão (ou voltaram) ao capitalismo.

A burocracia castrista mantém zonas onde o capitalismo floresce, tem ampla liberdade. Setores que lucram com este desenvolvimento capitalista pressionarão o governo e, sob o poder econômico conquistado, ampliarão sua influência sobre a população trabalhadora necessitada. Um setor da própria burocracia pode se constituir em uma fração que vislumbre a possibilidade de transformar-se em proprietária dos meios de produção, reconstituindo a burguesia. O capitalismo mundial só tem a oferecer aos cubanos fome e miséria. Os Estados Unidos trabalham por controlar setores da burocracia castrista para apressar a restauração e tornar Cuba em seu apêndice. A luta da classe operária deve vir no sentido contrário: defender a revolução cubana avançando a luta internacional contra o capitalismo. Os estados Unidos Socialistas da América Latina é a bandeira sob a qual as massas oprimidas podem livrar Cuba da volta ao capitalismo.

Viva a revolução cubana!